

Notas sobre a programação infantil da TV Brasil e o respeito às crianças brasileiras

Inês Vitorino Sampaio¹ e Andrea Pinheiro P. Cavalcante²

Introdução

O presente texto tematiza a importância da TV Brasil, emissora pública comprometida com a promoção da diversidade cultural e da cidadania do povo brasileiro. O tema ganha importância peculiar em um momento delicado da história do país marcado, entre outras coisas, pelo desmonte de um projeto de comunicação pública.

No artigo, serão apresentados alguns dados da pesquisa “Qualidade na programação infantil da TV Brasil”, realizada pelo GRIM, Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia, da Universidade Federal do Ceará, com o foco específico na contribuição dessa emissora para a formação das crianças brasileiras.

A pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, foi desenvolvida com base em uma amostra de 221 episódios, incluindo os 23 programas infantis exibidos pela emissora no período de outubro de 2010 a janeiro de 2011. São eles: *A turma do Pererê*, *Cocoricó*, *Um menino muito maluquinho*, *TV Piá*, *Catalendas*, *Dango Balango*, *Janela Janelinha*, *ABZ do Zivaldo*, *Castelo Rá-ti-Bum*, *Curta Criança*, *Vila Sésamo*, *Pequeno Vampiro*, *Cidade do Futuro*, *Esquadrão sobre rodas*, *Connie, a vaquinha*, *Os pezinhos mágicos de Franny*, *Louie*, *Mecanimais*, *Thomas*, *Princesa Sherazade*, *Bill Tampinha e sua melhor amiga Corky*, *Barney e seus amigos* e *Os Heróis da Praia*.

A abordagem quantitativa do estudo foi feita através na análise de conteúdo com base nas proposições de Mayring (1994), Früh (1991) e Merten (1995). A análise qualitativa

¹ Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal do Ceará.

² Doutora em Educação – Universidade Federal do Ceará.

se orientou por critérios de qualidade reconhecidos na literatura internacional, sistematizados por diversos pesquisadores, como Tur Viñes (2005) e Rincón(2005).

O texto está dividido em quatro seções. Além desta Introdução, consta um breve histórico da EBC, seguido de um delineamento da pesquisa sobre a qualidade da programação infantil da TV Brasil e as considerações finais.

EBC e a comunicação pública

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi instituída como sistema público de radiodifusão, sendo responsável pela gestão das emissoras federais de rádio e televisão existentes. Consta na Lei de criação da EBC³, que seu princípio norteador é a promoção da cultura nacional e da cidadania, pautada pelo compromisso com uma programação plural, com vistas a desenvolver o pensamento crítico do cidadão brasileiro. Para dar conta deste enorme desafio, foi criado o Conselho Curador da EBC, composto por 22 membros, entre representantes da sociedade civil, do Governo Federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores desta Empresa.

Naquele contexto, 2007, a discussão sobre a constituição de um sistema público de comunicação e mais especificamente de uma emissora pública de televisão, teve como esteio a luta pela democracia da comunicação que, entre outros aspectos, problematizava o modelo de exploração comercial de rádios e TVs, vigente no País. (OTONDO, 2008). A TV Brasil foi, então, criada com o compromisso de fomentar uma programação plural que buscava se aproximar das diversidades regionais e culturais do povo brasileiro.

É possível afirmar que, mesmo se tratando de uma TV pública em fase de consolidação, a TV Brasil nasceu incorporando “as melhores tradições da TV brasileira quanto à defesa do interesse público e, especialmente no caso da programação infantil, de

³ A EBC foi criada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva em outubro de 2007, ao editar a Medida Provisória 398, depois convertida pelo Congresso na Lei 11 652/2008.

respeito à criança, como são exemplos as produções internacionalmente premiadas nela exibidas: “Castelo-Rá-Tim-Bum”⁴ e “Cocoricó”⁵ (SAMPAIO e CAVALCANTE, 2012).

Através de Medida Provisória, no dia 02 de setembro de 2016, antes de completar uma década, esta experiência ainda incipiente de uma TV pública brasileira, foi arbitrariamente interrompida com a extinção do Conselho Curador da EBC. No esteio de uma ruptura institucional no país, esta iniciativa se configurou como uma das primeiras ações de um governo ilegítimo, que chega sorrateiramente à Presidência em flagrante desrespeito à democracia e à Constituição Federal de 1988.

O GRIM tem se manifestado contrário a tais medidas por entender que “defender a CF/88 é defender direitos humanos de crianças e adolescentes e que, portanto, um golpe desfechado contra a Lei Maior de nosso país é uma violência contra crianças e adolescentes” (GRIM, 2016). No campo mais específico de sua atuação, o GRIM assume que defender, promover e fiscalizar direitos humanos de crianças e adolescentes, em especial seu direito a uma comunicação de qualidade é expressão do nosso compromisso em honrar a infância e suas múltiplas configurações no país.

Diante desse compromisso, resgatamos algumas conquistas trazidas pela EBC em sua programação infantil e apontamos alguns riscos da ingerência governamental em sua configuração, que evidencia uma forma de fazer política que agride princípios basilares que nortearam a sua instituição.

Crítérios de Qualidade e a programação infantil da EBC

Como assinala Tur Viñes (2005), estudos desenvolvidos pela *Australian Broadcasting Authority* (ABA), pelo *Annenberg Public Policy Center* (APPC) e pelo *Conselho Nacional de*

⁴ A série *Castelo Rá-tim-bum* conquistou o prêmio NHK do Japão, em 1995 e o prêmio UNESCO no IV Festival de filmes para crianças e adolescentes, o *Divercine*, em 1997, entre outros.

⁵ A série *Cocoricó* conquistou o *Prix Jeunesse Iberoamericano* em 2003 e o prêmio de melhor programa infantil pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 1996.

Televisão no Chile (CNTV) reconheceram o caráter multifatorial do conceito de qualidade, destacando que ele abrange aspectos audiovisuais, de conteúdo, do entretenimento, do cumprimento das regulações e relativas à oferta de programas/publicidade.

A qualidade de uma obra televisiva não decorre, portanto, apenas de um atributo *per se* da obra audiovisual, mas define-se numa perspectiva relacional desta com os contextos de produção, de emissão e o público, ou seja, com o conjunto dos agentes do processo comunicativo (Richeri e Lasagni, 2006: p. 79-80). Frente ao debate internacional sobre o que significa qualidade em obras audiovisuais, os autores ressaltam um consenso fundamental: [...] *“el sistema televisivo debe ofrecer una amplia elección de programas, que deben diversificarse como géneros, como contenidos, como tipologías y estilos, como posiciones y opiniones expresadas...”* (2006, p. 22).

No caso da televisão pública, a consideração do princípio da *diversidade* como critério norteador de sua programação, se constitui em um imperativo ainda maior, dada a responsabilidade das emissoras públicas de se comunicarem com todos os cidadãos. Ao critério da diversidade, postulam os autores, soma-se o desafio da inovação: *“la experimentación, la innovación, sería una de las tareas, de los deberes de la televisión pública, que debe poder desengancharse de la lógica de la audiencia como única reguladora del palimpsesto”* (2006, p.90).

Embora trate-se de um aspecto que deveria estar sempre presente na produção audiovisual, ele também se coloca de forma mais contundente para a TV Pública, dada a sua maior possibilidade de escapar às exigências mercadológicas, em razão de seu compromisso maior com a sociedade. Por isso mesmo, o pacto comunicacional de defesa da democracia e do interesse público, firmado entre a emissora e o público, é condição para a sua existência e precisa ser levado a sério.

A TV pública, em especial, tem diante de si o compromisso de promover a formação de um público de cidadãos e não apenas de consumidores. Ela tampouco pode estar condenada à marginalidade e à irrelevância social. É precisamente este entendimento que

está sistematizado por pesquisadores como Rincón, Fuenzalida, Orozco-Gómes e Martín-Barbero, na obra “Televisión Pública: del consumidor al ciudadano”⁶.

Em nosso país, a TV Brasil⁷ iniciou uma bela história orientada por esse compromisso expressa em políticas muito concretas. Assegurar 07 (sete) horas diárias de programação infantil em um país no qual emissoras privadas têm deixado de cumprir responsabilidades constitucionais para com a infância, já pode ser visto como um primeiro diferencial. Manter essas 07 (sete) horas de programação, sem assediar a criança com publicidade, ou seja, sem que esta programação seja refém do interesse de anunciantes que tendem a transformar a programação infantil em “vitrines de produtos” é, sem nenhuma dúvida, uma opção de respeito à criança que precisa ser reconhecida. Tal postura é *per si* reveladora desse compromisso de ver as crianças brasileiras em sua condição de cidadãs.

Na análise mais ampla desenvolvida pelo GRIM sobre a programação infantil da TV Brasil, critérios de qualidade sugeridos pela literatura internacional sobre o tema foram considerados, além de diretrizes internacionais sobre o tema, como a diretiva “TV sem Fronteiras”⁸, a Carta da Televisão para Crianças⁹ (1995), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002)¹⁰, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)¹¹ e o Manual da Classificação Indicativa (2006)¹².

Nesse levantamento, foi possível observar que alguns critérios sobressaíam como mais recorrentes, tais como o *potencial de entretenimento, a qualidade estética,*

⁶ RINCÓN, Omar. **Televisión Pública: del consumidor al ciudadano**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

⁷ Televisão pública nacional gerida pela Empresa Brasil de Comunicação.

⁸ A diretiva “Televisão sem Fronteiras” da Comissão Europeia foi publicada em 1989, tendo sido revista em 1997.

⁹ Publicada em CARLSSON, Ulla (Org.). **A criança e a violência na mídia**. Brasília: UNESCO, 1999.

¹⁰ UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em 10 out.2010.

¹¹ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 out.2010.

¹² ROMÃO, José Eduardo; CANELA, Guilherme; ALARCON, Anderson (orgs.) **Manual da Nova Classificação Indicativa**. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, 2006.

envolvimento, a compreensibilidade, a inocuidade, a credibilidade e os modelos de conduta construtivos presentes na obra audiovisual. Estes e outros fatores como a composição da oferta de programação em seu conjunto e em sua disposição por horários, os aspectos formais das obras (estéticos, de linguagem etc.), além de outros como *procedência, tempo de emissão, temática abordada, formato, gênero e faixa etária* foram considerados. Mas foi o critério do respeito à *diversidade* que, em suas variadas dimensões, assumiu um caráter estruturante nessa pesquisa.

Na impossibilidade de procedermos a um detalhamento do conjunto desta análise no espaço restrito de um artigo, apresentamos a seguir alguns achados da pesquisa em relação aos fatores de *procedência das produções, representações da criança, temáticas privilegiados, inocuidade e modelos de conduta*.

No que concerne à procedência das obras audiovisuais, as produções internacionais predominam, alcançando 57,6% da programação infantil, com o predomínio da produção europeia, que respondia por 66,56% do material exibido. Temos aqui o importante acesso à produção internacional de conteúdos audiovisuais e a sua diversificação em relação à produção comercial hegemônica oriunda dos EUA e Japão, permitindo às crianças brasileiras o acesso a outras referências estéticas e de linguagem. Em contraponto, a produção latino-americana, mais próxima às nossas raízes culturais não se fazia presente. No plano nacional, verificamos ainda a concentração das produções no Sudeste com 88,89%¹³.

Em que pese tratar-se de uma prevalência que decorre de outros fatores não restritos à emissora, como a política de fomento ao audiovisual no país, revela comprometimentos a serem superados. O estudo também identificou que a diversidade de infâncias brasileiras, suas brincadeiras, tradições, linguagens etc. se revelava em programas como o TV Piá, o Catalendas e Dango Balango, vistos como experiências a serem ampliadas. No TV Piá, a título ilustrativo, crianças de todo o país, de áreas urbanas e

¹³ No que concerne à origem, o Rio de Janeiro sozinho respondia por 55,56% da programação infantil nacional da emissora.

rurais brincavam de diferentes formas, apresentavam-se com distintos vestuários, recorriam a termos e sotaques singulares para se comunicar e até mesmo conduzir o programa, inovando na linguagem e na afirmação da participação infantil nos processos comunicacionais.

Em relação às temáticas abordadas de forma central ou predominante nos episódios analisados, eles são reveladoras do foco de atenção que a emissora confere ao processo formativo de crianças e adolescentes, possibilitando avaliar também se o critério da diversidade está sendo contemplado.

As temáticas foram organizadas de acordo com nove categorias presentes no estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Televisão do Chile, na pesquisa *Barómetro de La Calidad de La Programación Infantil Abierta Chilena*. São elas: Vida Cotidiana, História, Arte/Música/Cultura, Natureza, Entretenimento, Ciência e Tecnologia, Aventuras, Esporte e Saúde e Outros.

Desse conjunto temático, sobressaiu em 76,47% temas ligados à Vida Cotidiana, abordando relações familiares, de amizade e no contexto escolar. Trata-se de uma abordagem legítima e adequada, pois permite uma aproximação com as vivências infantis ordinárias, estimulando um processo de aprendizagem diante das situações vividas. Algumas temáticas importantes poderiam ser melhor exploradas, tais como "Arte/música/cultura", "Natureza" e "Ciência e Tecnologia", com incidência de apenas 11,31%, 6,79% e 1,36% de ocorrência. O mesmo ocorre com as temáticas de "História" e "Esportes e Saúde", que por sua importância poderiam ser mais valorizadas e apareceram como temas centrais em menos de 1% dos episódios. Vale ressaltar em relação a tais temas, a finalidade da EBC, como empresa pública de comunicação, de complementar e ampliar a oferta de conteúdos, assegurando, tal como previsto em sua carta de princípios uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania¹⁴.

¹⁴ Diário Oficial da União, datado de 25 de outubro de 2007.

Nesses dois últimos aspectos – modelos construtivos de conduta e inocuidade – buscamos avaliar o modo como o entretenimento proposto nas obras possibilitava às crianças situações de aprendizagem e o contato com valores e atitudes positivas. Em relação ao primeiro fator - modelos construtivos - foram consideradas 8 (oito) categorias, apresentadas a seguir com seus respectivos resultados: presença de comportamentos cooperativos, solidário e de ajuda aos demais (89,1%); apresentação de atitudes denotadoras de responsabilidade (77,8%); presença de comportamentos que valorizam a honestidade (62,0%); apresentação de atitudes que valorizam o respeito aos demais (90,0%); presença de atitudes que valorizam a capacidade de resolução pacífica de conflitos (51,6%). Pelo exposto, é possível depreender, sem grande dificuldade, que a programação infantil da TV Brasil apresenta uma programação que valoriza o processo formativo das crianças brasileiras.

No que concerne, finalmente, a exibição de conteúdos que possam por em risco o bem estar da criança, ela raramente ocorreu. Um exemplo indicado na pesquisa foi o de um episódio da animação *Esquadrão Sobre Rodas*, no qual o personagem Johny joga cal em cima de outras pessoas que o perseguiam, sem que haja uma condenação do feito. Na maior parte dos programas analisados (89,14%), não foram verificadas inadequações. Tendo em vista os parâmetros consolidados no Manual da Classificação Indicativa, excetuando algumas situações mais típicas (6,33%), no conjunto da programação não foram localizadas situações nas quais eram exibidos conteúdos violentos gratuitos e/ou sem condenação do ato violento; conteúdos sexuais gratuitos e/ou desassociados de algum objetivo formativo; cenas de contato com drogas sem relação com objetivo formativo; cenas de discriminação sem condenação desse tipo de atitude; comportamentos repreensíveis/ não desejáveis sem condenação; comportamentos/conteúdos que valorizam o consumo como forma de valorização da beleza física e/ou corpo como condição imprescindível para uma vida mais feliz e/ou para aceitação social e/ou para aceitação no grupo, que foram em linhas gerais, as categorias consideradas.

Considerando os critérios acima elencado, entre muitos outros que foram

analisados, o estudo chegou à seguinte conclusão:

Os programas exibidos, regra geral, estão em sintonia com os princípios e os objetivos da emissora de *desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania*. Além disso, respondem a critérios básicos sobre a qualidade no que diz respeito a programação infantil, tais como: diversidade, inovação/criatividade, pertinência/coerência, sintonia com o mundo de experiência da criança, entre outros. Apresentam conteúdos fundamentais para a promoção do o desenvolvimento integral da criança, evidenciando a possibilidade concreta de tratar com equilíbrio formação e diversão.

O leque de programas exibidos pela emissora vem trazendo à cena midiática do país elementos fundamentais para o processo de formação de nossas crianças, tais como a manifestação de diferentes modos de viver a infância nas diversas regiões do país, a exibição de narrativas pautadas em diferentes temas, formatos e linguagens, com potencial para estimular o desenvolvimento integral das nossas crianças.

Em um contexto no qual se verifica um retrocesso em relação à classificação indicativa de obras audiovisuais no país, na contramão de políticas protetivas internacionais e do princípio constitucional do melhor interesse da criança, vale ressaltar a atenção que a EBC e a TV Brasil têm manifestado em relação à observação do critério da *inocuidade* das obras audiovisuais exibidas às crianças brasileiras em sua programação. Estas são algumas conquistas que se tornam ameaçadas diante da ingerência, já em curso, na EBC, com a dissolução do seu Conselho Curador.

Considerações finais

Além de reconhecer a qualidade da programação infantil da TV Brasil, vinculada à EBC, o estudo desenvolvido pelo GRIM, apresentou sugestões voltadas ao aprimoramento de lacunas encontradas nesse projeto que, de forma ainda incipiente, buscava se firmar. Algumas dessas lacunas foram aqui apontadas, tais como a prevalência de produções estrangeiras na sua programação e a ausência de produções latino-americanas, a concentração da produção nacional na região Sudeste, o baixo índice de temáticas

centrais vinculadas a “Arte/música/cultura”, “Natureza”, “Ciência e Tecnologia”, “História” e “Esportes e Saúde” nas narrativas e a presença, mesmo que bastante reduzida, de conteúdos inadequados em alguns programas, como na animação *Esquadrão sobre Rodas*.

Na perspectiva de superar os problemas mencionados e fortalecer o processo nascente de uma TV Pública, o estudo sugeriu:

- Rever a predominância de Programas Internacionais na grade de programação, tendo em vista a missão da EBC como emissora pública, no sentido de promover a cultura nacional e cumprir seu objetivo de “VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão”;
- Realizar uma cartografia das obras audiovisuais produzidas em outras regiões do mundo, além da europeia, canadense e americana, em particular, da América-Latina;
- Reverter a situação de ausência de programas latino-americanos na grade de programação da TV Brasil, não só por tratar-se do continente onde o Brasil está situado, mas em razão dos processos históricos e culturais que nos unem. Ainda que reconheçamos que a produção da América-latina não tenha o mesmo vigor, em termos de volume de produção, comparada à europeia, americana e canadense, ela existe e tem reconhecimento internacional quanto à sua qualidade.
- Realizar uma cartografia das obras audiovisuais produzidas em outras regiões do país, além da sudeste;
- Assegurar a presença de programas produzidos nas diversas regiões brasileiras, em especial as regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sul e ampliar a participação de programas da região Norte na grade da emissora, como forma de assegurar o critério da regionalização, a pluralidade e diversidade de conteúdos;
- Realizar parcerias e intensificar a política de editais de fomento para ampliar a oferta de produções audiovisuais da várias regiões do país”. [...]
- Aumentar o número de episódios com temas centrais em “Arte/música/cultura”, “Natureza” e “Ciência e Tecnologia”, que aparecem na programação apenas com 11,31%, 6,79% e 1,36% de ocorrência, respectivamente; [...]
- Incentivar a produção do público infanto-juvenil e criar mecanismos de incorporação dessas produções na grade de programação da emissora;
- Rever e excluir inteiramente da programação da emissora episódios nos quais aparecem inadequações, como comportamentos violentos e/ou agressivos gratuitos e que não foram seguidos de algum questionamento e/ou condenação, situações que possam implicar em risco para a criança, entre outros. A promoção de programação sem nenhum tipo de inadequação deve ser meta de toda programação televisiva destinada ao público infantil, em particular, da rede pública; (SAMPAIO e CAVALCANTE, 2012).

Como assinalou o estudo em suas conclusões, as sugestões apresentadas tiveram o propósito de contribuir para que a TV Brasil aprimorasse ainda mais o padrão de qualidade que já se constitui uma marca de sua programação para o público infanto-juvenil.

As investidas do atual governo, em parceria com sistema midiático hegemônico contra a EBC, evidencia o quanto esse projeto de uma TV pública incomoda. O incômodo maior reside na sua potência como projeto bem sucedido de emissora pública, pois ele atesta que outra forma de produzir comunicação com/para/sobre a criança – com beleza, encanto e respeito à sua condição de cidadã - é possível. É esta possibilidade real de que crianças, adolescentes e jovens ampliem seu horizonte formativo, reconhecendo-se como iguais em sua humanidade e em seus direitos, que também é atacada com a proposta da escola “sem partido”, sem arte, sem movimento e sem memória.

O golpe que destituiu de forma ilegítima uma PresidentA eleita e a ingerência arbitrária do atual governo na EBC, em sintonia com a campanha de setores da imprensa a esta empresa pública de comunicação, assim como à TV Brasil são faces de um mesmo processo que ameaça o exercício da cidadania e dos direitos humanos no país, em especial, o direito de crianças e adolescentes viverem em uma sociedade democrática e plural, acessando e produzindo comunicação de qualidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 11 652/2008. Dispõe os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm

CNTV. Barómetro de La Calidad de La Programación Infantill Abierta Chilena. Disponível em <http://www.cntv.cl/medios/Publicaciones/BarometroCalidadInfantil.pdf>

FRÜH, W. **Inhaltsanalyse**. 3.Auflage. München: Verlag Ölschläger, 1991.

MAYRING, P. **Qualitative Inhaltsanalyse. Grundlage u. Techniken**. 5. Aufl. Weinheim: Deutsche Studien Verlag, 1994.

MERTEN, K. **Inhaltsanalyse. Einführung in Theorie, Methode und Praxis**. Opladen: Westdt. Verlag, 1995.

OTONDO, T. M. **Televisão pública na América Latina: para quê e para quem?**. 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-01122009-102437/pt-br.php>>
Acesso em: 28.09.2016.

RICHERI, G.; LASAGNI, M. C. **Televisión y calidad** – El debate internacional. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

RINCÓN, O. **Televisión Pública: del consumidor al ciudadano**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

ROMÃO, José Eduardo; CANELA, Guilherme; ALARCON, Anderson (orgs.) **Manual da Nova Classificação Indicativa**. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, 2006.

SAMPAIO, I. S.V.; CAVALCANTE, A.P.P. **Qualidade na programação infantil da TV Brasil**. Florianópolis, Insular: 2012.

Tur VIÑES, V.. Aproximación a La medida empírica de La Calidad Del audiovisual dirigido a niños in **Comunicar**, n.025, Grupo Comunicar, Huelva, Espanha, 2005. Disponível em:
<<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/13442>>. Acesso em: 06 set. 2010.